



Revista de Estudos Linguísticos, Literários,  
Culturais e da Contemporaneidade -  
Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -  
aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS  
ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499  
Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

## TRILHOS, VEREDAS, AVENIDAS E MEMÓRIAS: O PERCURSO DE ATIVAÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE RESISTÊNCIA NO ROMANCE *O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?* DE FERNANDO GABEIRA.

Auricélio Ferreira de Souza (PPGLI/UEPB)

**RESUMO:** Este trabalho propõe um exercício de leitura sobre a obra *O que é isso, companheiro?* de Fernando Gabeira, com o intuito de problematizar a questão dos mecanismos de representação utilizados pelo autor para criar a identidade de resistência manifesta pelos indivíduos que, frente ao regime militar (1964-1985) compuseram os grupos da chamada *luta armada*. O esforço dá-se no sentido de mostrar em que medida a memória de si é acessada enquanto recurso capaz de progressivamente ativar tal identidade. Nesse percurso, discute-se, por conseguinte, a relação literatura e sociedade e o conjunto de implicações que a supervalorização da ideologia do autor traz para a sua escrita, repercutindo em uma compreensão peculiar da história, do homem ali subalternizado e do próprio espaço que suporta todos esses.

**Palavras-chave:** Fernando Gabeira, luta armada, resistência, identidade memória de si, representação.

Ao buscarmos um aprofundamento das questões referentes ao que poderíamos chamar de processo de construção identitária – individual ou coletivo – chegaremos, na verdade, a uma ação ou efeito de identificar um indivíduo (ou grupo) segundo o conjunto dos caracteres que lhe são próprios, como nome, profissão, sexo, impressões digitais, limitações físicas e outros traços de percepção mais imediata. Porém este processo se estende para além, indo ao “de dentro” desse(s) indivíduo(s). O que estrutura esse(s) enquanto povo, enquanto raça, enquanto *Ser*, localizado no tempo-espaço?

Nesse fluxo esbarramos também com a noção de *personalidade*, termo que designa, em psicologia, a organização dinâmica do conjunto de sistemas psicofísicos determinantes dos ajustamentos do indivíduo ao meio. Semelhante noção é profundamente prejudicada ou mesmo diluída quando, por razões diversas os partícipes de um mesmo meio social são abruptamente privados das instâncias básicas que constituem o próprio direito de ser. A memória é, sem dúvida condição *Sine qua non* para que tal direito se efetive e, conseqüentemente, o próprio ente que denominamos sujeito, de fato exista.

O exemplo desse prejuízo, extremamente repercutido na constituição dos sujeitos é o que ocorreu na recente história do Brasil, com a instauração da *ditadura militar*, que, como sabemos em síntese, foi a forma de organização política em que um pequeno grupo, formado por militares, exerceu o poder de forma absoluta. Nessa longa (re)configuração do cenário nacional (março de 1964 a março de 1985), não seria exagero afirmar que a sequência de esforços empreendidos deram-se no sentido de “construir” um país supostamente novo e desenvolvimentista sobre a memória de um país já existente à custas de atos, decretos, fuzis e torturas. A memória do povo, soma de vivências individuais particularíssimas e irrepetíveis é sequestrada e em seu lugar figura uma nova condição, obrigatoriamente associada a um poder

puro, justo e necessário à ordem coletiva. Nesse movimento a primeira estrutura a ser demolida é a que abriga a individualidade, subjetividade e diversidade.

Como resultante desse “estado de sítio” dos mecanismos construtores da condição de sujeito, notório se faz a potência da memória não apenas como depósito, mas (e sobretudo!) como plataforma de enfrentamento. A partir daí, compreendida como um *nó* que sustenta o laço do social, a memória, seja em sua “gaveta” individual ou coletiva, a exemplo do que ocorre em outros lócus nos quais se estabelece o evento traumático, ganha cada vez mais espaço no eixo das (re)discussões sobre o conceito mesmo de História, fato que repercute direta e incisivamente nos mecanismos constitutivos da própria linguagem que se presta a expressar essa história, seus atores e modos de conflito ou afeto no jogo social.

Nessa nova configuração que se desenha para o cenário contemporâneo, podemos até tratar de uma “*história social da memória*”<sup>1</sup> (DOSSE, 1999) no sentido de nos permitir adentrar no debate acerca das problematizações que o vivido (seja o traumático, o libertador, o extasiante, enfim, as grandes paixões) provoca naqueles que o vivem factualmente (atores históricos) ou nos que, não o tendo vivido (artistas, intérpretes e tradutores), projetam um “*como se tivesse sido*”, espécie de permanente tentativa de escrever um *Devir* humano.

A esse respeito, Thompson (1992, p.41) considera:

A história não é apenas sobre eventos, estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação. *É parte da história, aquilo que as pessoas imaginam que aconteceu, e também o que acreditam que poderia ter acontecido* – sua imaginação de um passado alternativo e, pois, de um presente alternativo –, pode ser tão fundamental quanto aquilo que de fato aconteceu. (grifo meu)

Nesse sentido, a literatura brasileira, particularmente a produzida durante e depois do regime militar e que direta ou indiretamente o tematiza, talvez reúna a capacidade de nos apresentar essa possibilidade: a do evento que foi, a do que poderia ter sido e a do que, ainda no hoje, pode ser construído via intervenção ativa dos interlocutores, posto que, sendo antes de tudo arte, se presta ao amplíssimo ato de constante e atemporalmente buscar escrever esse tal *Devir* humano.

### **Meandros da Identidade: a Ditadura Militar e a influência no discurso literário contemporâneo**

Lançando mão de uma breve retrospectiva histórica, constataremos que o primeiro regime ditatorial brasileiro, instaurado pela revolução de 1930, sob a chefia de Getúlio Vargas, pode ser dividido em dois períodos. No primeiro, que se prolongou até 1937, Vargas admitiu formalidades democráticas e ampliou o direito de voto às mulheres. O segundo começou com um golpe institucional dado pelo próprio presidente e se caracterizou pela adoção de comportamentos típicos da ditadura. Insuflaria-se os primeiros movimentos de busca por uma identidade nacional, a de *democracia*. Por diversos motivos, dentre os quais o movimento pela democratização, que entusiasmou os países vencedores da segunda guerra mundial, a ditadura Vargas caiu em 1945, quando foram convocadas eleições livres.

Seguiu-se uma fase de prática política relativamente democrática que se estendeu até 1964, apesar da ameaça de golpes militares para evitar a posse do presidente Juscelino Kubitschek em 1955 e do vice-presidente João Goulart em 1961. Condições internas e a pressão internacional anticomunista levaram ao *golpe* que derrubou Goulart e inaugurou uma série de cinco governos militares. Nesse período, ficaram evidentes as características mais

<sup>1</sup> Cf. DOSSE François. *Une histoire sociale de la mémoire*. In *Raison Présente*, número 128. Paris, pp. 5-24, 1999.

expressivas de uma ditadura -- repressão policialesca, estabelecimento de legislação autoritária e supressão dos direitos civis. A noção de identidade nunca dantes havia sido tão ameaçada quanto agora. Urge, pois, estabelecer novas estratégias de recondução do discurso artístico-literário.

Nesse contexto, no qual incidem diversos mecanismos que acabam por interferir direta e indiretamente no *modus* de construção do chamado discurso (pós)moderno, a Literatura pode ser encarada como veículo que vai tentando uma consolidação identitária, percurso este que coloca as experiências individuais, através da ficcionalização, como possibilidade de sustentar a idéia de *povo* e de *nação*. Essa primeira tentativa, ainda com forte influência da tipificação, pode ser encontrada já na geração que implantou e desenvolveu o chamado romance regional brasileiro, no segundo momento do Modernismo nacional. Exemplo cabível é o de Jorge Amado, o qual, segundo Bosi (1994) pode ter a obra dividida em cinco fases, dentro das quais, duas em especial aqui nos interessam dado o caráter do argumento anteriormente exposto: a primeira e a terceira.

Na primeira dessas fases Bosi acredita estarem as características do projeto de um “romance proletário”. Marcam essa fase os romances *Cacau* (1933) e *Suor* (1934). A terceira fase marca o fortalecimento do veio político do autor: militância na Aliança Nacional Libertadora<sup>2</sup>, prisão em 1936/37, estreitamento da relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os romances *O Cavaleiro da Esperança* (1947) e *O Mundo da Paz* (1951) são resultantes dessa fase, a qual Bosi nomeia de “pregação partidária”.

De Jorge para cá, uma considerável gama de fatores incidira sobre a sociedade brasileira: do regionalismo marcado pelo mandonismo dos “coronéis”, representantes legítimos de um tempo de imposição e subalternização, do abandono do misticismo religioso presente na crença popular, até a explosão demográfica nos grandes centros urbanos pós revolução de 30; tudo isso precisa ser considerado para que possamos encontrar traços efetivamente representantes da influencia do regime militar no *modus* de composição literária ainda vivo no contemporâneo.

É nesse sentido que se faz interessante constatar como mesmo no decorrer das últimas décadas, repletas dessas transformações anteriormente enumeradas, ainda resiste na construção identitária nacional via discurso artístico, uma espécie de efeito “eco” no trabalho de ativação dessa identidade por meio memória. Não havendo uma “presentificação” desse enunciar discursivo, por vezes a impressão causada é a de que o uso proposital de épocas, fatos e personagens históricos, ambientalizando as intrigas visa muito mais a pintura do exótico ou pitoresco, presente nos tipos nacionais resgatados, do que a busca por retratar o peso da memória - impreganada de vivências múltiplas - na compreensão/reconstrução desse passado.

Nessa direção, especificamente sobre o discurso literário, Khéde (1988 p. 183) assim se posiciona:

Em plena contemporaneidade, ou na pós-modernidade como se têm definido os últimos vinte anos, a literatura brasileira ainda trabalha com uma representação mítico simbólica bastante acentuada que acreditamos devida à necessidade de construção da identidade nacional através da apropriação mítica, idealizadora ou desmascaradora; ambas preocupadas com a criação de uma verdadeira imagem. Como essa verdadeira imagem prende-se a um conceito ultrapassado historicamente do que seja identidade e as sínteses nacionais, já questionadas inclusive pelas vanguardas do início do século, quer no discurso ufanista quer no de denúncia, a “identidade” e o “caráter” nacional brasileiros tornam-se uma construção intelectual a priori e a posteriori; ou seja, a urgência em forjar a identidade nacional nos levou à construção de fachadas. Grandes outdoors culturais que cobrem ora o oco de seu

<sup>2</sup> Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo. In: *A Era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Fonte: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC – Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL> Acesso: 09/10/2012.

conteúdo, ora encobrem suas verdades indesejadas.

É preciso entender, no entanto, que este ainda é um processo lento, gradativo que tende a se intensificar conforme vai sendo aprimorada uma outra ideia do nacional enquanto valor e não enquanto débito. Eis o papel de uma literatura que se pretenda de fato *contemporânea*, aproximada não apenas da dimensão de arte mimética, mas de indivíduo, povo, tempo, e identidade. Para Khéde (1988), essa transformação pressupõe necessariamente ruptura:

Em função da semiose mítico-simbólica, presente na narrativa brasileira contemporânea procuramos entender o memorialismo como uma das vertentes da narrativa contemporânea, tomando-a como categoria abrangente, construída a partir do desejo de conhecer ou de se ver conhecido, e de explicar, denunciar ou justificar. Há momentos em que o cruzamento de memória, ficção e história realiza-se como ruptura, articulando outro tipo de representação e gerando outras possibilidades de identidade. (Idem. p. 183-4)

Essa desconstrução de um estereótipo sobre o Nacional e especificamente sobre a identidade de povo brasileiro vem apresentando-se como tópico recorrente no discurso artístico-literário, desde o Modernismo de 22, com *Macunaíma*, até os tempos de “pós-modernidade”. Há aí a busca de explicitar a falência de uma benevolência necessária para com as *personas* que vivenciavam o trajeto contido na obra literária, representando assim os tipos, geralmente cômicos ou exóticos, que, toscamente, buscavam levantar a bandeira do Nacional. Alude o discurso “pós-moderno” que talvez seja tempo de ponderação, de reflexão, de reconstrução desse Nacional, através de recortes e colagens de momentos, fatos comprováveis, mas mais do que isso, experienciáveis, na memória coletiva dessa agora múltipla cena nacional. Assim, lembrando o leitor-partícipe que, reforçando a posição de Khéde (1988): “(...) *Há momentos em que o cruzamento de memória, ficção e história realiza-se como ruptura, articulando outro tipo de representação e gerando outras possibilidades de identidade*”.

Desse modo, vemos nascer um memorialismo fronteiro, o qual beira a enunciação de fatos particulares vividos por um indivíduo e o movimento convulsivo que se insufla na epiderme social, tendo nesse trajeto, implicações coletivas. Nessa perspectiva, o indivíduo e suas experiências passam a ter profunda significância para a própria espécie, passa mesmo, por vezes, a ter o poder de enunciá-la, dizê-la, ainda que seja o seu discurso o fruto de uma laboriosa ficcionalização. Ambos (indivíduo e coletivo) são testemunhos fundamentais para que o todo possa se perceber ou mesmo *ser*, atingindo o ápice a que se tenha projetado: a construção da identidade.

Conduz-nos esse itinerário de profundas transformações na dicção da prosa moderna brasileira à obra *O que é isso, companheiro?*<sup>3</sup> de Fernando Gabeira, o qual rompe com a condição explícita de depoimento auto-biográfico (o do diário, por exemplo) para por meio de um todo complexo mecanismo, projetar um “eu-heróico” que, no centro de um furacão de metamorfoses sociais (o próprio contexto vivido na política ditatorial brasileira dos meados da década de 60 a de 80), aludir a urgência de se rever e reconstruir a Identidade de Brasileiro.

À parte o exagero - típico na heroificação - são muitos os recursos utilizados por Gabeira para atingir as dimensões da problemática identitária, vindo daí, talvez, algumas das muitas dificuldades existentes em torno de uma interpretação mais consistente dessa obra e de seu papel dentro do contexto no qual foi gerada e projetada.

<sup>3</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro. 35ª ed. Guanabara, 1988. Neste estudo todas as referências a essa obra terão como formato *OQIC* seguido do número da página, quando forem citados trechos.

Dessa forma, a influência crescente do consumismo, a concorrência mercadológica, a carência da edificação de novos valores e de novos mecanismos de expressão frente os aparatos das ações globalizantes, são componentes de uma nova face da *cultura pop* que herdando resíduos românticos, pode ser enxergada como vertente de influência de grande parte das obras memorialistas resultantes da experiência *pré* e *pós* ditadura, como é o caso do romance de Gabeira.

Recorrendo ao processo de estruturação da obra em questão, além do princípio das circunstâncias ideológico-culturais, já presentes desde a alusão ao vocativo “companheiro”, inerente ao discurso de esquerda, seria oportuno destacar a presença do que chamaremos de *didática da memória*: há nesta obra a necessidade da existência de um alguém que viveu e conheceu de perto os fatos relatados (é construído um narrador onisciente em 1ª pessoa) que sirva de *mão condutora* tanto da narrativa, quanto do narratário. Através dos meandros da memória, este último, por sua vez, sensibiliza-se a ser levado, mesmo sabendo que muito do lido pode não ser a representação fiel de uma verdade buscada. Acredita Khéde (1988) que a construção desse *eu-personagem* é fundamental no elasmecimento do fato vivido, levando-o a dimensões subjetivas bastante dinâmicas, sobretudo para o leitor.

De cunho denotativo, as franjas significativas de ordem omitiva, evolutiva ou social, prendem-se ao sujeito da enunciação que, na verdade, é narrador e personagem, concentrando o poder de avaliar ou idealizar a ação de forma rotineiramente linear. (KHÉDE. op.cit. p. 185)

Essa relação de mútua cooperação, ou de “enganar-te é preciso” (narrador) x “me enganar é preciso” (narratário), acaba por criar uma aproximação, quase cumplicidade, que é o que torna a obra crível, diante de tantas peripécias e ações grandiosas que são enredadas.

O tom didático que norteia essa relação parece também objetivar a criação de *exemplos*, posto que a matéria a ser plasmada e replasmada é essencialmente ideológica.

O amigo/a talvez fosse muito jovem em 64. Eu mesmo achei a morte de Getúlio um barato só porque nos deram um dia livre na escola. Um golpe de estado, entretanto, mexe com a vida de milhares de pessoas. Gente sendo presa, gente fugindo, gente perdendo o emprego, gente aparecendo para ajudar, novas amizades, ressentimentos... (OQIC, p.02.)

Ao jovem era preciso transmitir via trilhos da memória, o calor do que foi a militância política nesse período e suas conseqüências. Transmissão essa que não se dá apenas pela apresentação de um amontoado de fatos históricos, mas pelo crivo da enunciação tão vívida e pungente quanto agonizante de um *exemplo*, alguém, ainda que aumentado pela lupa da auto-ficcionalização, mas que oferece a irrecuperável possibilidade de ter estado lá, vivido, sentido, buscado naquelas horas a matéria de uma identidade. Torna-se, pois, preciso, dar exemplos que sejam, sobretudo identificáveis com aquele tempo já vivido, mas, ainda importante para o Ser de agora, posto que constantemente refletido na cena nacional, havendo assim, a possibilidade de auxiliar o leitor a superar dificuldades. Haveria aqui evidenciado na prosa memorialista pós-moderna resquícios de um romantismo utópico? Na qual, como na trajetória do Herói, um só se sacrifica em benefício de muitos?

Khéde (1988: 186) considera:

É curioso afirmar a permanência da escrita romântica, mítica, presa a um desejo de integração, de busca da identidade pessoal e nacional, a partir da experiência do autor-narrador.

A projeção desse “eu-mesmo” que viveu e agora conta nos dá a sensação de alguém que se dobra (e se desdobra) por sobre si mesmo. Experiência, absorve, cria e verte. Temos, pois uma dinâmica bastante particular nesse caso: da mesma forma que a vivência do fato traumático (no caso a instauração da ditadura e o ingresso na luta armada) lhe introjeta um modo de socaibabilidade violentamente novo (o fato em si), novo também são os mecanismos

que esse eu precisa desenvolver para assimilar esse fato, e retorjetá-lo (construção discursiva sobre o fato), no caso da literatura, tornando-o um canal possível para a interferência do possível interlocutor nessa dinâmica.

Sobre esse aspecto problemático e problematizador Zagury (1982. p.15) apresenta uma reflexão bastante oportuna:

(...) na verdade, falar de si mesmo é uma ruptura de perspectiva, um desequilíbrio e o sujeito, sendo seu próprio objeto, como que caminha sobre uma perna só. O distanciamento temporal – um eu objeto passado em relação a um eu sujeito presente – representa o perfil de uma segunda perna fantasmagórica, porque a memória é sempre fluida e inconsciente. A literatura memorial, portanto, há de ser sempre uma literatura crítica, no sentido de *ser em crise*. Se em face de si mesmo, frequentemente, o homem está indefeso, em face da literatura memorial, o escritor está sempre em inerte. Cada obra que se preze equivale a um reinício do gênero, porque sua matéria só se pode acreditar como especialíssima. Daí que não seja comum o tratamento evolutivo desse gênero literário. As histórias da literatura simplesmente o ignoram, concedendo algumas vezes que ele apareça na bibliografia acessória de um grande poeta ou romancista. (grifo no original)

Esse *eu em crise* mnenonicamente reconstrói e narra seus *passos passados*, os quais agora, amalgamados com os *passos presentes* do autor *inerte*, resulta numa plataforma sobre a qual nós, interlocutores desses dois sujeitos e desses dois tempos, precisamos caminhar no reconhecimento de possibilidades discursivas ainda válidas para o desvendamento de significativo capítulo da vida cultural do lócus do qual fazemos parte: o Brasil dito contemporâneo.

Quanto à questão da fluência dos fatos que compõem a intriga, é extremamente oportuno ressaltar a influência do espaço nesse trajeto de reconstrução identitária. Muito mais do que simples delimitadores localizacionais, o conjunto de referências espaciais ocupam dentro da obra toda uma importância na própria busca, posto que procurar espaços para sustentar a resistência, torna-se gradativamente metáfora de buscar nos cantos, recantos, curvas e sinuosas do plano urbano, a sufocada ou já quase perdida identidade. Andar, correr, arriscar-se, esconder-se, são atos simbólicos de um desamordaçar. Se não, vejamos:

Este portanto é o livro de um homem correndo da polícia, tentando compreender como é que se meteu, de repente, no meio da Irrazabal, se há apenas cinco anos estava correndo da Ouvidor para a Rio Branco, num dos grupos que fariam mais uma demonstração contra a ditadura militar que tomara o poder em 64. Onde é mesmo que estávamos, quando tudo começou? (*OQIC*, p.10.)

Nesse sentido, mesmo sendo confusos ou vertiginosos os itinerários, são estes necessários ao *buscador*. A quase forçada opção pela clandestinidade é rota que conduz a uma pausa, período de reflexão ou planejamento de como se *Ser* nesta nova e abrupta condição do Nacional, espécie de ante-sala que guarda a identidade a ser cunhada. É laborioso esse planejar, este gestar. Mas em tempos de opressão e impossibilidades, torna-se necessário um tempo frio, mas cíclico: congelar-degelar-reacordar e, por fim, tentar *Ser* a identidade buscada.

(...) A realidade da geladeira era esta: fingir de morto, deslizar suavemente pela sala, preparar em silêncio um macarrão com sardinha, olhar o sol dentro da casa... Não, toda a realidade não era essa. Falo apenas de uma faixa – o momento em que aprendi a brutalidade da vida de uma dona-de-casa incessantemente reduzida à rotina... São incríveis as vantagens de quem parte, pois até o tempo de quem fica passa a existir em função dele. (Idem. p 176-7)

O envolvimento e o sentir são requisitos para o *Ser*. Há que se envolver para se atingir, e tentar se acostumar, por fim, com o que vem a ser identidade. A cerca desse laborioso trajeto, Figueiredo (sd, p. 267-8) afirma:

Considerando que são incríveis as vantagens de quem parte, o indivíduo se constituirá como um ser em movimento: da casa para a rua, da cidade natal para o Rio, da sacada do JB para a Avenida Rio Branco etc. A ação em *O que é isso, companheiro?* É pontuada por esta imagem – a descida da sacada do JB para a avenida – que nos remete para a questão do fascínio pela estrada. Davi Arrigucci, no artigo “Gabeira em dois tempos” chama a atenção para a importância dessas imagens no livro, destacando o aspecto de “descida” que o crítico relaciona com as sucessivas “quedas”, não só no sentido de perdas no combate político como também no de dilaceramento do eu, obrigado pela luta, a se afastar de seus referenciais afetivos.

“Descer a sacada” pode ser deixar para trás o afetivo de lembranças individuais, consiste em sacrifício, mas consiste, sobretudo, em envolver-se, ser também expectativa.

(...) A redação do jornal é o lugar que lhe permite assistir os fatos com a imunidade do profissional no exercício de sua atividade. Como o pai, no armazém, o filho estaria fixado, seguindo as normas próprias do emprego, protegido. Na rua, seria *participante*, personagem, viveria a aventura. (Idem. 268. Grifo nosso)

O exílio, etapa mais extrema desta árdua condição de busca, parece também consistir na privação do indivíduo de se afirmar em solo próprio, e *sendo*, auxiliar outros a também *serem*. Tal impossibilidade projeta o indivíduo para o “de fora”, o exílio, que pode significar distancia, mas não o abandono da busca. Ao contrário, conforme relatos do autor-narrador, esta abrupta “apartação” o leva ao envolvimento ainda maior com o espaço concreto/ideológico da revolução, o qual desde sempre se posta como requisito para a identificação como o povo e com o tempo: pilares de uma nova identidade nacional buscada.

Nesta perspectiva, ratifica-se a questão do *exemplo*, anteriormente aludida, ou seja, há percalços, mas todo aquele que de fato pretende encontrar a(s) sua(s) identidade(s) deve se prestar a esta via-crúcis: do alienatório à participação, eis a trajetória do militante idealizado na obra, signo metafórico de um novo povo que começa a se reforjar justamente na aridez da ditadura. No trajeto desse *eu* que nos conta, *ser* não é algo pronto, exige esforços e engajamento, o que deveria ser empreendimento coletivo, mas acaba por ser sacrifício de poucos. Tem-se o embate entre o buscador (indivíduo) e a massa (povo, manipulável e “tropicalmente” acomodado).

Caminhávamos com essas esperanças para São Cristóvão, por exemplo, quando fizemos o Primeiro de Maio. A multidão seguia para o Maracanã, enquanto tentávamos, mais ou menos solitariamente, mudar o curso das coisas. (*OQIC*, p.55.)

Ressurge assim um paradoxo que não é privilégio dos tempos pós-modernos, mas dilema antigo da própria espécie humana: trata-se do antagonismo entre vontades individuais, por vezes até viavelmente “revolucionárias”, e os temores coletivos em perder sólidos costumes, tradicionalmente mantenedores de uma “ordem” supostamente necessária à estrutura social.

Quando a rebeldia extrapola o âmbito individual, voltando para o universo político, canalizada para o combate à ditadura, o movimento que se traduzia como busca da própria identidade passa a se configurar como ameaça da perda total dessa identidade. (FIGUEIREDO. op.cit 268.)

Diante disso, percebe-se que só há possibilidade de *Ser* na liberdade. Como esta passa a ser, em certa medida, “propriedade” de poucos e ao mesmo tempo “bem alienado” de muitos, a militância configura-se como o único meio viável de ver realizado *no e pelo* pequeno grupo uma utopia de caráter mais geral, onde todos possam *Ser*. É o protótipo de um regime político coletivamente construído por múltiplas identidades e ideais.

Em alguns setores, encontrei muita tolerância para as minhas idéias, apesar de que as mesmas reservas vão se deslocando para outros temas, todos ligados a isto: aos sentimentos, aos costumes, à psicologia” (p.69). Ou seja, ainda durante o período de militância, o sujeito

questiona, ao contrário do que fazem seus pares, uma concepção de prática política que faz tábua rasa das outras dimensões do homem, tais como as questões relativas ao amor, ao sexo, a todos assuntos recalcados em nome do objetivo maior de mudar as condições sociais. (FIGUEIREDO. Op.cit 269)

Neste fluxo constata-se que por objetivar a propagação da ideologia de *Ser* num tempo em que isso não era permitido, o narrador acaba por misturar de tal forma o que viveu (memória) ao que ele queria que tivesse sido (ideologia/ficção) construindo assim um amálgama de difícil dissolução. Quanto teria de memória e de ideologia nessa enunciação literária? Essa é também uma equação posta na obra, uma vez que as próprias personagens ali criadas não podendo ser inteiras (há a questão dos codinomes protegendo as identidades) ficcionalizam-se, sendo *outros* (o militante, o *companheiro*) que não só cria para si uma sub-história latente no seu universo mental, como, junto com outros, que também não *são*, tecem uma realidade utópica, que é por si mesma insustentável, mas inquestionavelmente matéria-prima para a ficção, a qual adquire significado coletivo no plano real.

Atingindo o ápice desse trajeto, podemos concluir que se há contribuição nesta obra para a construção do discurso pós-moderno sobre memória, esta consiste em usar as memórias de si (a experiência do Gabeira militante), agregando-a a experiência particular de um tempo impreciso e obscuro, construindo um complexo processo de ativação da memória identitária de um povo (a resitência ao regime, a luta armada como mecanismos de projeção de uma identidade amordaçada). As aventuras vividas e/ou ideaizadas/ficcionalizadas pelo Gabeira-autor-narrador, servem de documento, uma experiência individual, mas de permanente repercussão coletiva: a possibilidade de incursão pelo “lado de dentro” de um dos episódios de maior repercussão nos anos de chumbo da ditadura militar, que foi o sequestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, realizado por integrantes dos grupos guerrilheiros de esquerda do MR-8 e Ação Libertadora Nacional. Embora o que o autor faça, conforme deixa claro, seja o seu registro, passa ainda hoje a ser matéria de expansão do imaginário coletivo sobre resistência e guerrilha, uma vez que, sendo também o único registro do qual se dispõe, nele reside uma possibilidade mais “didática” de reconstrução não oficiosa da história daquele momento do país.

Enfrentando certa relutância, que Quelhas (2011) afirma existir em nosso país no que tange a ler a história recente sob uma perspectiva mais presentificada, cremos que a obra de Gabeira, ainda que não instrumentalmente discutida pela crítica especializada na relação narrativa/memória, nos fornece no mínimo uma potente provocação nesse sentido. E, numa nova configuração sócio-política em que parece crescer a atuação dos movimentos sociais das mais variadas feições, Quelhas (2011) em oportuna reflexão sobre a história nacional, nos lembra que:

No Brasil, são reconhecidas e cada vez mais enfrentadas as dificuldades para o conhecimento de um passado recente (como o exemplifica a busca pela verdade a partir da abertura dos arquivos da ditadura), a preservação, manutenção e/ou difusão da memória, no âmbito nacional ou local, e a constituição de comunidades de escrita – autores, leitores inseridos em comunidades interpretativas – assumem relevante dimensão política. A memória é uma questão que mobiliza o interesse investigativo por essa “proliferação disseminada” das operações culturais e dos movimentos gerados em práticas ordinárias, realizadas tanto por cidadãos autores e intérpretes de seu tempo, como por cidadãos comuns (CERTEAU, 1994). Na historiografia, estamos não mais diante de uma (...) atividade basicamente descritiva e restauradora, que pressupõe o passado estar ali onde o deixaram, imóvel e pronto para ser desenterrado, a historiografia seria mutável de acordo com o lugar de seu agente, isto é, com sua posição política, filosófica e ideológica, com sua sensibilidade, com seu horizonte de experiências e conhecimentos, não só dependentes de sua competência e disciplina. (LIMA, 1988: 2)

O livro em questão, é pois, uma forma de, mesmo 44 anos após o episódio que lhe motivou e 34 após sua escrita, resistir a uma morte simbólica: a das identidades que se debateram para emergir num tempo e sobre uma força eminentemente de submersão/submissão. A resistência a tal morte é, ainda, um ato de marcar presença na história, inscrever-se e escrever-se nela, uma vez que, conforme nos lembra Ricoeur (2008 apud Quelhas 2001, p.6)

(...) a morte assinala, de certa forma, o ausente na história. O ausente no discurso historiográfico. À primeira vista, a representação do passado como reino dos mortos parece condenar a história a só oferecer à leitura um teatro de sombras, agitadas por sobreviventes em sursis da condenação à morte. Resta uma saída: considerar a operação historiográfica como o equivalente escriturário do rito social de sepultamento, da sepultura. (...) A sepultura não é somente um lugar à parte de nossas cidades, esse lugar chamado cemitério onde colocamos os despojos dos vivos que retornam ao pó. Ela é um ato, o de enterrar.

Lembrar, ficcionalizar, intervir, narrar, nesse caso, são análogos a própria dinâmica da vida. Nessa perspectiva, o “Gabeira personagem de si” que se (in)escreve nesse capítulo da experiência de resistência e guerrilha no Brasil militarizado, nos convida a essa sobrevivência, não apenas física mas, sobretudo, simbólica via labirintico percurso dessa minemônica.

“Sobrevivi. E pensei que talvez fosse interessante contar a história”. (OQIC, p.117)

## Referências Bibliográficas

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 39ª ed. São Paulo, Cultrix, 1994.
- FIGUEIREDO, Vera Follain. Nos trilhos da memória. Uma leitura da obra de Fernando Gabeira. In: *O eixo e a roda*. Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG, vol. 6. Belo Horizonte, julho de 1988, pp. 263-274.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro. 35ª ed. Guanabara, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- KHÉDE, Sônia Salomão. *O Eixo e a Roda: Memorialismo e Autobiografia*. Vol 6. Belo Horizonte. UFMG, Jul. 1988. P. 183
- PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. In: *Tempo*. Vol. 1, n. 2, Dez. 1996 - Rio de Janeiro.
- QUELHAS, Iza. *Autobiografia, romance e espelhos* In Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.